

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

nº 143 - Fevereiro de 1978

EDITORIAL

A unidade não pode ser abalada no ano eleitoral

A medida que nos aproximamos de certos momentos de definição da vida nacional, as forças oposicionistas se vêem submetidas às pressões diretas e indiretas do regime, à tensão decorrente da importância do que está em jogo e à própria confusão gerada pela multiplicidade dos problemas a atacar.

As convenções partidárias, onde se cristalizaram as posições quanto à chamada "sucessão presidencial", as reformas anunciadas pela ditadura, o processo de nomeação dos futuros governadores e, sobretudo, o processo eleitoral de novembro são alguns desses momentos, cada um com suas características distintas.

Ao mesmo tempo — e este é o fundo do processo —, a renovação do movimento de massas, a participação crescente do movimento operário e sindical, a reativação das lutas e campanhas democráticas, as posições da Igreja católica, para citar só alguns fenômenos, compõem o quadro e reclamam tomadas de posição e ação oposicionistas.

Se fosse possível resumir as hipóteses que se desortinam, nós diríamos o seguinte: ou bem o campo da democracia ampliará os espaços já conquistados, dará novos e importantes passos em seu combate pelo estabelecimento de um regime democrático, criando assim as condições para posteriores e decisivos avanços, ou bem a ditadura conseguirá operar um recuo organizado e medido, que lhe permita prorrogar sua dominação, sob novas formas, ditadas pelas contingências. Neste caso, permaneceriam as linhas mestras da política econômica e social, a subordinação aos interesses estrangeiros e o impasse político-institucional, a instabilidade e a ameaça de retrocessos.

No presente momento, algumas correntes e personalidades que fazem parte do MDB, confederação das oposições, segundo a lúcida definição de seu presidente, parecem não se dar conta de que, para que a primeira hipótese seja vitoriosa, o que nos permitiu chegar até aqui não pode ser abandonado. Traçar o apelo das massas — que querem a democracia e apóiam quem luta por ela — por futuras e duvidosas composições partidárias seria um erro catastrófico. Para a nação, na medida em que favoreceria as forças que usurparam o poder há 14 anos, e para seus próprios autores, que obteriam resultados decepcionantes.

O presidente da OAB, Sr. Raimundo Faoro, tem ao nosso ver inteira razão de se declarar

profundamente cético — quanto à anunciada abertura. Para ele, a instituição de "salvaguardas" em lugar do AI-5 será o estabelecimento da ditadura constitucional. Ele põe o dedo na ferida quando diz: "Está havendo uma inversão de ótica na análise do problema. A questão principal não é definir a excepcionalidade, como vem sendo feito, mas a normalidade".

O ceticismo do Sr. Raimundo Faoro encontra amparo na observação do senador Paulo Brossard, do mais elementar bom-senso: "E são os autores da Lei Falcão os propositores do regime democrático. Quando eles falam em aperfeiçoamento democrático, falo esperando uma Lei Falcão qualquer. Todas as medidas oficiais têm sido, sempre, no sentido de afastar o povo das decisões nacionais".

Quem está contra a ditadura não pode abandonar a proposta da Constituinte como forma de liquidar este regime, não pode afastar-se das reivindicações populares, não pode ficar à espera das "boas intenções" do chefe do SNI, não pode aceitar discriminações em matéria de anistia e de participação livre das forças e correntes políticas, assim como das lideranças sindicais e populares.

Quem está contra o arbítrio, e cresce o número de emedebistas a proclamá-lo, a começar do deputado Ulices Guimarães, não pode conceber que se marche para as eleições de novembro numa situação em que, ao invés de explorar as brechas do regime, a oposição deixe que este explore as suas.

Quem quer democracia quer reformulação partidária, pluralismo, e certamente ninguém mais do que os comunistas, que tiveram dois anos de vida legal em 56 de existência. Mas o problema, hoje, não é como exercer o pluralismo, é como chegar a ele, ou melhor, como conquistar a democracia. Com a democracia, pode e deve haver pluralismo partidário, mas a existência deste nem sempre define a democracia.

Privilegiar os problemas da reformulação partidária, neste momento, em detrimento da unidade e da combatividade do campo democrático, é considerar que as reformas anunciadas pelo poder e suas manobras acessórias, das mais desastrosas às mais cínicas, representam o fim da ditadura. Singular fim de ditadura, isto, em que os mesmos homens permaneceriam no governo. Melhor seria dizer, um falso fim.

A armadilha da reforma partidária (pag 3)

Metalúrgicas têm Congresso. E o pelego manobra (pag 2)

O movimento dos estudantes não pode se desligar do quadro geral (pag 4)

O Partido que queremos (pag 5)

Mensagens pelos 80 anos de Prestes (pag 6)

"Comisiones Obreras" ganham eleições. O que são elas? (pag 8)

O I Congresso das Metalúrgicas

Novos tempos, estes, que fazem de um encontro de operárias um tema que merece atenção de toda a imprensa. O I Congresso da Mulher Metalúrgica, realizado entre 21 e 28 de fevereiro no Sindicato de Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema se transformou num acontecimento marcante.

Fruto de uma participação crescente da mão-de-obra feminina na indústria, ele foi realizado com objetivos bem precisos: diminuir o abismo existente entre o número de mulheres que trabalham e o número de sindicalizadas; fazer com que as operárias, a partir de suas reivindicações mais elementares, se interessem por discutir e por organizar a luta pelas conquistas através dos sindicatos; fazer com que elas tomem posição efetiva, como as mais diretamente interessadas, contra as novas tentativas da ditadura visando a liquidar na CLT o capítulo relativo à proteção da mulher que trabalha.

Apesar de seus preparativos e realização ainda revelarem certas insuficiências, a iniciativa foi sumamente positiva. Mesmo se considerarmos que das oitocentas inscritas, apenas a metade tenha efetivamente participado do Congresso.

Durante dois dias, mais de trezentas expuseram, em palavras simples, sua condição de trabalho. Avançaram propostas para transformá-la. Revelaram sua capacidade de analisar o vivido; ter sobre ele uma opinião crítica, e de encaminhar soluções para os problemas de acordo com seus interesses.

Bem pensado, o I Congresso da Mulher Metalúrgica foi uma importante contribuição prática dada ao movimento feminino em nosso País, desde que abre variadas perspectivas para seu desenvolvimento futuro.

A iniciativa, valiosa contribuição à unidade da classe operária, deverá ser estendida a outras categorias profissionais, principalmente àquelas onde se concentram os maiores contingentes femininos: têxtil, alimentação, vestuário. Não há porque não tentar mobilizar sindicatos desses setores para semelhantes iniciativas.

E não deve ficar a nível da classe operária este bom exemplo. Com problemática distinta, buscando por isso um temário mais pertinente, aprofundando mais ou menos as questões da especificidade das reivindicações, Congressos realizados por mulheres ligadas à profissão liberal, à Universidade, ao setor de serviços da economia, seriam de extrema importância neste momento em que todas as lutas sociais devem se condicionar à conquista da liberdade necessária para que os debates sejam realmente produtivos.

Sabemos bem no entanto que, embora numericamente inferior se comparado ao número de mulheres que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos, a mulher operária, por suas condições particulares de classe que está em desenvolvimento constante; que está impregnada do espírito de organização que lhe dá o trabalho da própria fábrica; que pode ter uma maior visão dos problemas globais da sociedade, está destinada a desempenhar um papel de vanguarda nas lutas e nos movimentos femininos no País.

Os comunistas, que devem ter uma visão geral dos variados problemas que afetam as

diferentes classes e camadas sociais, e empenhados em equacioná-los devidamente sem subestimação, não podem perder de vista esta perspectiva.

Nesse sentido, devem concentrar seus esforços nessa direção, estimulando e participando de novas iniciativas semelhantes ao I Congresso da Mulher Metalúrgica. Devem tirar desses encontros todas as lições e ensinamentos; generalizar e divulgar suas experiências junto aos demais setores femininos de nossa população, atualmente empenhados numa luta unitária em prol da igualdade de direitos da mulher no trabalho, na família e na sociedade em geral, como parte integrante da luta pela Democracia.

Estamos certos de que, agindo assim, estamos contribuindo decisivamente para o fortalecimento e ampliação do movimento feminino no Brasil.

Z.A.

Açucar ou chicote. Depende do momento

O movimento sindical conquistou espaço no noticiário. Altamente salutar: entre outras coisas, isto mostra que ele não pode ser silenciado e que não é mais possível manter-se o silêncio a seu respeito, como admitiu o Sr. Prieto. O ministro do Trabalho, é claro, acredita o feito ao "bom comportamento" das lideranças sindicais. Ele inverte as coisas e tenta fazer passar, a exemplo de seu chefe Geisel, a discriminação entre os de antes e os de depois de 1964.

O saudoso Stanislaw Ponte Preta, bravo crítico da ditadura em seu tempo, definiu certas situações com a máxima que ficou célebre: "Ou todos nos locupletamos, ou restitua-se a moralidade". Os homens do regime raciocinam: desde que não possamos reinstaurar a "ordem", vejamos como manobrar para garantir os interesses que representamos.

O movimento sindical levou anos sob a prática e a ameaça do porrete, anos passados na mais amarga obscuridade. A ditadura e os patrões tiram partido disto. Ao mesmo tempo, a conquista de um lugar ao sol, depois de tanto tempo no porão, pode, hoje, causar vertigens a alguns e perplexidade a outros. É compreensível.

Há, ainda, dirigentes sindicais que, sob certos aspectos, às vezes decisivos, não têm muito a ver com as massas trabalhadoras. Alguns entraram em vibrante atividade, com objetivos suspensivos. Ou será que angustiam apoio ao futuro ditador corresponde aos interesses dos trabalhadores? Com a palavra o Sr. Ary Campista, que, por sinal, é de antes de 64.

Tudo isto não chega a ser novidade. Em todo caso, convém lembrar que o movimento operário e sindical repareceu com sua identidade própria no cenário nacional a partir da campanha pela reposição dos 34% confiscados e roubados pela ditadura em 73. No começo, portanto, houve luta e movimentação em torno dos interesses dos trabalhadores.

Pois bem. Esta campanha continua na ordem do dia, as lutas se desenvolvem, assim como as eleições, encontros e congressos sindicais. Não nos confundamos. Ocupemo-nos destes e de outros processos importantes para os trabalhadores, como o V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que se realizará em julho, no Rio, e a convocação da Conferência Nacional das Classes Trabalho-

ras, que a ditadura quer desfigurar. Nada melhor para ampliar e aprofundar a intervenção das massas trabalhadoras na vida política nacional. Em defesa de seus interesses, dos interesses do povo brasileiro, e sem confusão.

G. de Sá

Uma comovente conversão

Já sabíamos que isto ia acontecer. O homem reapareceu no noticiário e como os ventos não são os mesmos de dezembro de 68, dizendo-se perfeitamente democrata. Se, amanhã ou depois, for preciso falar em socialismo, ele fala. Ele diz o que for preciso, sem o menor problema de consciência.

Delfim, o mago da "polinômica ecológica", prepara-se para, de uma ou de outra maneira, mas sempre pela via fácil da nomeação, voltar à cena, como governador ou ministro. Pensa que, tendo ficado uns tempos quieto em Paris, o povo brasileiro esqueceu o que ele fez.

Para ser ministro, basta-lhe manter sua posição nos conchavos da cúpula do regime. Sem problemas. Para ser governador, que é o que ele quer, precisa de algo mais: assegurar que é capaz de conduzir a política da ditadura no Estado de São Paulo.

Se dependesse do eleitorado, não conseguiria o cargo. Alguns líderes sindicais, cuja memória não é o que Delfim gostaria que fosse, já lembraram que, entre outras coisas, foi ele o encarregado do roubo dos 34%, em 73. Roubo tão descarado que a própria ditadura foi, depois, obrigada a reconhecê-lo. Não foi por acaso que o jornalista Castello Branco apontou-o como o maior beneficiário, no poder, da edição do AI-5.

Se quiser sobreviver politicamente ao estabelecimento da democracia, Delfim vai ter de fazer tanta força para "limpar" sua imagem que talvez nem valha a pena, tamanha a trabalhadeira. No momento, basta-lhe acertar umas rasteiras bem dadas em seus concorrentes. A democracia, realmente, é uma idéia fixa no pensamento de Delfim: ele nunca parou de estudar as formas mais adequadas de evitá-la.

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA

Este é um trabalho de divulgação de uma publicação mensal de caráter político-social, destinada a divulgar a luta dos trabalhadores e a conscientizá-los sobre seus direitos e deveres. A publicação é gratuita e pode ser reproduzida e divulgada livremente, desde que seja feita com o devido respeito aos direitos autorais e sem fins comerciais.

Para obter mais informações, escreva para: Voz Operária, Caixa Postal 10.000, Rio de Janeiro, RJ.

conjuntura

O regime utiliza a reforma partidária para dividir, E nem toda a oposição está vendo

As dificuldades por que passa a ditadura militar em nosso país, o estreitamento progressivo de suas bases de sustentação social e política, o aumento das divisões no próprio campo ditatorial se tornaram mais do que evidentes durante o processo que culminou com a escolha do gen. Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações, para suceder a Geisel.

Melanóico processo este que resultou na indicação de Figueiredo. As eleições de novembro de 74 tinham mostrado, de maneira clara, que a ditadura estava isolada da opinião pública: que as massas trabalhadoras não queriam mais esta regime; e que o Brasil estava cansado do arbítrio ditatorial. Durante os anos seguintes, o isolamento aprofundou-se. Cresceram os anseios de mudanças profundas, capazes de colocar o país no caminho de uma democracia plena. Todas as correntes de opinião pública passaram, em maior ou menor grau, a pedir alterações na ordem institucional que possibilitassem o retorno do Brasil à democracia. Perdiu-se o debate livre e democrático sobre as reformas e sobre a sucessão presidencial. Em vez disto, o que se obteve? A repetição de um ritual em que se explicitam os traços marcadamente antidemocráticos e antipopulares do regime atual.

Mais uma vez o povo foi o grande ausente de tudo. Mais uma vez a norma foi a não-participação das correntes de opinião, das correntes políticas e de pensamento no processo decisório. Poucos decidem o que muitos são obrigados a aceitar: este é o princípio geral de funcionamento do regime ditatorial. Figueiredo foi imposto à Nação contrariando o movimento geral de opinião que se desenvolve no sentido de uma maior participação dos diversos setores da sociedade nas decisões que afetam o conjunto do país. Se há, portanto, este elemento de continuidade no quadro sucessório — o conteúdo antidemocrático de que este quadro se reveste — há outros elementos que o diferenciam dos momentos de sucessão presidencial já vividos por este regime.

Em primeiro lugar, a aparente unidade militar que vem existindo desde 1964 foi rompida. Para impor Figueiredo, Geisel foi obrigado a demitir o Ministro do Exército, Sílvio Frota, (evitando, ao mesmo tempo, um golpe de Estado), e a afastar pouco depois o chefe da Casa Militar, Hugo Abreu. A questão não está em se saber o número de estrelas de Figueiredo, ou em discutir as possibilidades que tem o general-candidato de obter a quarta estrela. Esta é uma falsa questão. Só um processo político inteiramente truncado, como é o que vivemos no Brasil, pode permitir que ganhem força as

especulações ligadas à legitimidade conferida pelo posto que ocupa o candidato dentro da hierarquia militar, e as implicações que daí decorrem. O problema é de natureza diversa.

Na medida em que crescem os descontentamentos, em que aumentam as pressões sobre o regime, em que amplia-se a aspiração pela democracia, e em que o movimento de massas e o movimento sindical começam a manifestar-se sobre o momento político, torna-se mais e mais difícil manter a coesão militar. É por isto que Geisel foi obrigado a demitir Frota e Hugo Abreu: é porque as Forças Armadas já não vêem mais nos princípios do golpe de 64 a garantia de sua unidade e da estabilidade do regime. É fundamentalmente porque as Forças Armadas estão hoje, como não podiam deixar de estar, muito mais sensíveis às pressões da sociedade, que suas tomadas de posição se dão no marco do movimento político geral da luta pela democracia, o que implica na possibilidade de novas divisões e novos choques na cúpula e nas bases militares.

Isto não significa, evidentemente, que os protestos contra a candidatura Figueiredo tivessem um conteúdo democrático; foi mesmo o contrário disto que se deu. Mas para que a hegemonia militar dentro do regime seja mantida, e tendo em conta o nível que atingiu a luta pela democracia, é preciso incorporar alguns dos projetos de mudança que existem na sociedade, por mais tênues que sejam: é preciso dar um pouco mais de espaço às formações políticas. Este é o sentido da "abertura" de Geisel, complementada pela candidatura Figueiredo. Tanto a "abertura" e as "reformas" que o regime está propondo como a candidatura que as expressa ficaram muito aquém do sentimento democrático real que existe hoje no Brasil. Mas elas parecem ter ido um pouco além do pretendido por certos núcleos militares, mais intransigentes no que diz respeito ao controle do aparelho militar sobre a vida política.

Em segundo lugar, o regime também não conseguiu manter intacta a coesão de suas bases políticas, e a candidatura Magalhães Pinto é a evidência desta impossibilidade. Também não cabe discutir a expressão e as possibilidades eleitorais desta candidatura dentro do sistema de uma convenção partidária seguida de eleições indiretas. É evidente que Figueiredo deverá ganhar a convenção da Arena. Mas a lógica aritmética nem sempre é a melhor substituta da lógica política. A maior, ou menor (como é mais provável), votação de Magalhães Pinto na convenção arenista não poderá esconder o fato de que uma peça importante do sistema

de sustentação política do regime se descolou e passou a buscar uma trajetória própria, em vários pontos contrária à trajetória do regime.

Isto demonstra que a convivência entre os segmentos militar e político da ditadura está se tornando mais difícil, e que na medida em que cresce a pressão pelo restabelecimento da democracia há setores do bloco político governamental que estão prontos a se desprender deste bloco e a encampar, pelo menos, parte dos principais projetos oposicionistas. A candidatura Magalhães Pinto é expressão deste fenômeno. Ela representa, deste ponto de vista, a insatisfação de alguns setores que, reunidos às pressas no conglomerado de forças conservadoras e liberais tradicionais, que é a Arena, podem se distanciar do regime, descontentes com a hegemonia militar e com o papel subordinado das formações políticas que caracterizam o regime brasileiro.

A estratégia governamental para assegurar o êxito da "abertura" e a entrega do poder a Figueiredo encontra, entretanto, uma dificuldade: as eleições legislativas de novembro próximo. E neste terreno, o sentido da ação do governo é claro: trata-se de minimizar o alcance da importância do processo eleitoral, sob a alegação de que, provavelmente, serão constituídos novos partidos após as eleições.

Que ninguém, e principalmente a oposição como um todo e o movimento de massas em particular, se engane com isto.

O que está em marcha é mais um lance da manobra que consiste em dividir a oposição, enfraquecê-la, diminuir a sua combatividade durante o período eleitoral, de modo a permitir que a Arena enfrente com vantagem o pleito. O que o regime pretende é colocar a Arena na posição do partido que lutou pela "democracia possível", consubstanciada na "abertura" realizada por Geisel, ao mesmo tempo em que diz à oposição que as eleições não têm importância, pois de qualquer modo novos partidos deverão surgir.

A oposição não pode entrar neste jogo. O que é essencial é derrotar a ditadura nas urnas, pois a reformulação do sistema partidário a partir de uma vitória da oposição será um elemento que impulsionará a luta pela democracia, e não um obstáculo a esta luta.

O governo sabe disto e está preocupado em diminuir a margem de derrota da Arena, ou, se possível, em ganhar as eleições. Os futuros governadores dos Estados estão sendo escolhidos em função de sua capacidade de arregimentação política e eleitoral, invertendo a tendência tecnocrática observada nas escolhas de 1970 e 1974.

O caminho da oposição deve ser fixo, sem vacilações: buscar a unidade a partir de uma campanha eleitoral onde a denúncia ao regime e de sua política antidemocrática e antipopular seja um fator de estímulo na luta pela democracia.

P. Gonçalves

Universidade: Ir de mãos dadas para ir com os demais setores

O balanço das lutas estudantis em 1977 é uma tarefa coletiva dos universitários e de todos os que participam da luta antiditatorial. Trata-se dum processo de reflexão importante para a organização das propostas de ação imediata e a médio prazo. Mais concretamente, para o ano de 1978, que será, como todos sabem, um ano político com grande peso específico na evolução da situação nacional.

Ensaiaremos, aqui, uma avaliação dos fenômenos maiores do mais importante dos movimentos de massas das camadas médias urbanas, a fixação de algumas linhas de análise cuja compreensão nos parece decisiva para pensar o que aconteceu e esboçar as perspectivas.

Após nove anos de aparente silêncio, o ano de 1977 marcou a reaparição do movimento universitário no cenário político nacional. Ao final do ano, duas constatações pareciam dominar o raciocínio de seus participantes e dos que seguem seus passos. Dum lado, a demonstração duma enorme vitalidade, duma grande capacidade de luta, capaz de tornar superáveis os obstáculos decorrentes das condições ainda insatisfatórias de organização, da inexperiência, da relativa ausência de direção política coordenada vertical e horizontalmente.

De outro lado, um certo sentimento de frustração pelo fato de que os ganhos palpáveis não teriam sido os esperados, de que toda a movimentação não se teria traduzido em vitórias mais extensas e mais profundas.

A VITALIDADE DO M.U.

Começemos pelos dados mais positivos.

O movimento universitário tem uma base espontânea, ele se desenvolve a partir das contradições que opõem os estudantes e professores ao atual estado de coisas como universitários (as reivindicações específicas) e como cidadãos (as questões políticas e sociais mais gerais da vida brasileira). Al reside a sua grande potencialidade como movimento de massas.

A rica série de movimentos de 1977 não saiu do vácuo. O silêncio a que aludimos era efetivamente aparente, justamente porque as contradições permaneceram e, em muitos casos, aguçaram-se. A realidade é que, durante todo este período desde 1968, o M.U. nunca deixou de travar suas lutas específicas e de tomar posição, de forma mais ou menos fragmentária, diante dos problemas nacionais. E não se pode confundir a manifestação duma posição, às vezes feita de forma necessariamente isolada, com a posição propriamente dita. A posição política da grande maioria dos universitários — expressa-se, quando e como foi sendo possível — é inconfundível e unitária: a favor da democracia, contra o regime de ditadura e contra os governos da ditadura.

Assim, se pudemos ter a impressão de assistir a uma explosão repentina, o que na verdade se deu foi a reunião de condições para que o processo de lutas específicas e de acumulação de forças que se desenvolvia ganhasse um novo alento, efetivasse uma espécie de salto de qualidade, agrupando massas cada vez mais numerosas de participantes e assumindo formas mais avançadas.

A recapitulação do que ocorreu, sempre interessante, mostra que o ano político estudantil de 1977 começou com o ataque a problemas da Universidade por meio de formas de luta mais avançadas e massivas (restaurantes "bandejeões" e, em seguida, problemas gerais de verbas, na USP; luta contra os aumentos exorbitantes "e anuidades, na PUC-RJ).

A rápida extrapolação deste terreno para o dos problemas políticos nacionais é uma passagem característica do M.U., ditada pelas condições comparativamente boas de informação deste meio, pela postura crítica vigente em relação à ditadura, pela evolução, enfim, da posição política das camadas médias urbanas, que, em poucos anos a partir do golpe de abril, passaram dum apoio majoritário a uma oposição majoritária ao novo regime.

Vimos este fenômeno em 1966, quando a luta contra a instituição do ensino pago se transformou em luta contra a ditadura, para e simplesmente (das greves contra as anuidades e contra os acordos MEC-USAID à ocupação, notoriamente, da Faculdade de Medicina da UFRJ, no Rio de Janeiro, terminada com a famosa e brutal Invasão da Praia Vermelha). De forma ainda mais radical e generalizada em 1967/68, quando o movimento por "vagas e verbas" e melhores condições de ensino vai desembocar na passeata dos 100 mil, passando pela grande manifestação de protesto contra o assassinato do estudante Edson Luis.

Em 1977, a conjuntura política nacional iria se revelar um poderoso elemento de impulso. Em março, o MDB recusa-se a aprovar o projeto de Reforma do Judiciário enviado ao Congresso por Geisel. Em abril, vem o famoso "pacote", resposta da ditadura ao sentimento democrático em expansão. Por ocasião do 1º de maio, a polícia sequestra universitários: é a gota d'água. Expandindo um sentimento popular generalizado, os estudantes saem às ruas com palavras de ordem democráticas.

E um movimento que sai das escolas e que não deixa de retornar às escolas, realimentando suas fontes de energia. Mas, ao término do primeiro semestre, havia uma espécie de frustração pairando no ar, que correspondia a uma relativa perda de rumo. Os estudantes, no curso de sua movimentação, haviam acreditado que seria possível conseguir uma série de vitórias — desde as indispensáveis verbas até, quem sabe, na cabeça dos mais ingênuos, a própria derroba da ditadura. E os resultados concretos eram, sob esta ótica, magros.

Mas a perplexidade, felizmente, começa logo a ser superada, quando se envereda pelo caminho da organização do movimento. O rumo é, em geral, reencontrado. Verifica-se uma ampla participação de massas nas eleições estudantis, com índices extraordinários de comparecimento e de apoio às proposições de cunho democrático e antiditatorial.

A despeito da persistência do sentimento de frustração, marcado nos espíritos pelo vivo contraste entre o crescimento das ações, no fim do primeiro semestre, e os ganhos imediatos, menos espetaculares, um balanço sereno aponta um saldo positivo. Alguns elementos: a caducidade concreta do decreto 477, a ausência de instruções governamentais visando a impedir a

realização das eleições para os "DAs-livres", o próprio tipo de repressão empregado contra os estudantes, que não pôde atingir a virulência que dorme em suas próprias potencialidades e desejada pelos fascistas mais hidrófobos.

OS LIMITES DO M.U.

O "sentimento de frustração" quanto aos ganhos concretos do movimento universitário só pode ser substituído por uma compreensão lúcida do processo se a noção dos limites em que ele pode evoluir é introduzida na análise. Digamo-lo de forma menos complicada: os estudantes não são a vanguarda social da luta revolucionária no Brasil, o movimento universitário não vai desempenhar, pelo resto da sociedade, a tarefa de liquidar o regime.

Se suas possibilidades "internas" de ampliação e de elevação da consciência e das formas de luta são enormes, elas dependem do contexto circundante sempre que se aprestam a transcender os limites da Universidade. Além disso, como a atividade política é algo que só se pode compartimentar para efeitos de esquematização (a luta por uma banal reivindicação específica é um ato político), a própria elevação da qualidade das ações políticas estudantis relaciona-se com a situação geral da sociedade.

Hoje, a grande luta geral do movimento universitário é para romper, cada vez mais amplamente, o isolamento dos demais movimentos sociais e políticos do campo democrático em que a ditadura o colocou. Este esforço passa pela recomposição, consolidação ou reforçamento de sua estrutura de organização. Que é algo a ser feito a cada momento, em função de cada movimentação de massas, desde as mais modestas.

Não há política universitária desligada da política nacional. Construir as linhas de orientação duma política universitária (que, insistamos, concerne estudantes e professores) significa efetuar a ligação entre os problemas e a situação objetiva e subjetiva das massas universitárias, e os problemas e a situação geral do campo democrático, submetendo as linhas de proposição ao exame da correlação de forças no conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, a evolução do movimento universitário é um dado básico da própria realidade nacional. Rompendo seu isolamento, o M.U. contribui reciprocamente para romper o isolamento dos outros setores.

Todos os brasileiros eleitores, que são hoje a maioria dos brasileiros adultos, vão se encontrar numa manifestação política marcada para novembro. Um dos caminhos visíveis para a ampliação do movimento de massas contra a ditadura é o da luta pela extensão, anterior e posterior ao pleito, de suas consequências políticas positivas. Aos universitários caberá levar a campanha eleitoral para dentro da Universidade e, através dessa mesma campanha eleitoral, sem abandonar seu terreno próprio de luta, levar a expressão do sentimento democrático dominante na Universidade a outros setores da população.

Estudantes e professores são cerca de 1,5 milhão de eleitores estrategicamente situados em centros urbanos, e podem ser centenas de milhares de ativistas eleitorais democráticos. Juntamente com o movimento operário e sindical e com amplas massas católicas, podem imprimir a esta campanha o rumo unitário antiditatorial de que necessitamos todos para dar mais um passo importante rumo à conquista do regime democrático a que aspira o povo brasileiro. E para impedir que a ditadura, dividindo seus adversários, consiga o que pretende das eleições: uma ampliação de suas bases políticas, com a consequente prorrogação de sua vigência.

partido

O que queremos? Um grande partido de massas com base na classe operária

Há muitos aspectos que merecem especial reflexão na Resolução Política do PCB publicada no último número de VO. As liberdades democráticas como centro de nossa luta; a atenção redobrada com os problemas da unidade e da política de alianças; a precisão que nos permite compreender a frente antifascista e patriótica não como uma delimitação de forma orgânica, mas sim em sua concepção, todos estes são pontos que nos levam ao parágrafo final do documento:

"Temos consciência de que, para o êxito do combate que travamos, hoje pela liquidação da ditadura e pela conquista de amplas liberdades para o povo, e, amanhã, pela estruturação de um sólido regime democrático, é preciso contar com um forte e numeroso Partido Comunista".

Por que tal afirmação?

Se partirmos da mais simples análise da realidade brasileira atual, concluiremos sem grande dificuldade que o regime que vivemos corresponde a uma necessidade da política econômica posta em prática a partir do golpe de 1964. Uma política econômica que teve como consequência mais evidente a escandalosa concentração de renda e capital obida ao preço da repressão permanente e sem limites contra as massas trabalhadoras e suas organizações políticas e sindicais. Um modelo de desenvolvimento capitalista subordinado aos interesses das grandes multinacionais e seus agentes no País, cujos lucros gigantescos se consolidaram à custa de uma superexploração desenfrada da classe operária em particular.

Mas o que foi por muito tempo o paraíso do grande capital, internacional e nacional, começa a mudar de características gerais. Num processo acumulativo que encontra seu grande momento nas eleições parlamentares de 1974, as forças de oposição imprimem um novo ritmo à sua luta. Uma grande maioria de brasileiros diz um não ao regime, maioria que se faz quase hegemônica nos principais centros industriais do País.

A partir de então, os quadros da repressão - por mais cruéis que sejam os métodos - não são mais suficientes para conter o avanço das forças democráticas. É verdade que o regime e seus estrategistas conseguem uma vitória importante com o golpe desferido contra o nosso Partido depois de uma onda de sequestros e torturas, de assassinatos de dirigentes e de militantes. Mas se é verdade que tal vitória muito concorreu para que a mobilização da oposição não se fizesse de forma mais organizada e constante, ela não pôde no entanto impedir a sua ampliação. E já em 1977 se constata um passo de qualidade com o ressurgimento - ainda contido, é um fato - da classe operária que transforma suas reivindicações específicas numa ação contra o regime como tal.

Vale aí um parêntese para o registro de alguns dados estatísticos fundamentais para o raciocínio que pretendemos desenvolver. Em 1964, quando se dá o golpe militar, nossa população ativa estava por volta dos 26 milhões, assim distribuídos: 54% na agricultura, 32% em serviços e 14% na indústria. Em estimativa para

o final de 1978, ela será de 40 milhões, com uma distribuição já bastante diferente: 40% na agricultura, 20% em serviços e 40% na indústria. Portanto, de 1964 a 1978, a população economicamente ativa ligada à indústria passa de 3,6 milhões a 16 milhões. Não é evidentemente em capitalistas e grandes patrões que se dá tal reforço quantitativo.

Ora, dados políticos e estatísticos não são estranhos aos planejadores da política do Planalto. As mudanças são percebidas e a inevitabilidade da reformulação do atual estado de coisas passa a ser uma necessidade, até mesmo para que se mantenha - com roupagem diferente, é claro - a mesma estrutura de dominação. E entramos todos na dança das "aberturas", das "reformas possíveis" e das reestruturações partidárias (armadilha perigosa, analisada no artigo da rubrica conjuntura).

Evidentemente, tais compromissos de cúpula não serão soluções, embora não se possa desprezar as possibilidades que abram. A crise política, social e econômica que atravessa a Nação não será resolvida por aí porque esta crise se vincula a algo muito mais profundo: ao caráter atual da estrutura de poder; à ausência da grande maioria do nosso povo, da massa trabalhadora em particular, nas decisões sobre os rumos de um desenvolvimento que só com sua participação pode ser executado no sentido do verdadeiro interesse nacional, e não no de uma casta de privilegiados. E aí que está a razão da crise; é na desigualdade social crescente e garantida por um regime que protege a espoliação e estimula a corrupção que vamos encontrar a raiz dos problemas que vivemos atualmente.

Que quadro político pretendemos então que se substitua a este?

Para os comunistas ele tem linhas gerais claras. Ele passa por pré-condições concretas: fim da legislação de arbítrio atual, anistia geral para os presos políticos e perseguidos por atos institucionais, liberdade de organização dos partidos políticos e liberdade sindical, fim da censura, estabelecimento de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e democraticamente eleita, restabelecimento do direito de greve e das convenções coletivas de trabalho.

Este quadro geral não é um sonho impossível, nem algo que se alcançará no conjunto em um só passo. Mas é unicamente em tal quadro que se poderá almejar uma real solução para a crise. Um quadro que permita a compreensão da democracia como um conceito dinâmico, uma categoria que amplia permanentemente, e não como algo que se enquadra em coordenadas definitivas. Limites estáveis em democracia significam recuo, retomada do caminho do arbítrio.

E é possível imaginar que somente pelas boas graças dos atuais donos do poder travestidos em "democratas" se possa chegar a tanto? É difícil, para não dizer impossível. Eles podem ser levados a uma nova situação em função da pressão crescente das massas, mas é inimaginável que esta nova situação possa ser alcançada porque o patrão do SNI se arrependeu do seu passado. E é para que essa pressão se

manifeste de forma organizada através do conjunto de forças democráticas; de forma constante e no sentido de que as mudanças estruturais se tornem realmente realizáveis, que se deve visualizar a proposta de um Partido Comunista forte e numeroso, com base na classe operária, mas aberto a todos que compartilhem da idéia que a defesa dos interesses desta classe corresponde à defesa dos interesses reais da grande maioria do nosso povo.

Se tomamos como referência alguns países da Europa capitalista, o que vemos? Na Alemanha social-democrata, tribunais frequentemente contando com juizes que foram fiéis servidores do regime nazista cassam democratas progressistas da Universidade e dos cargos públicos, em nome da "defesa da Constituição". Tal hipótese seria imaginável na França ou na Itália? E o que, essencialmente, faz diferir uma realidade de outra - todos países capitalistas - sendo a presença e o peso político, nestes últimos, de um PC de massas, solidamente implantado na classe operária?

UMA TAREFA

E aí está uma questão importante, sempre citada mas nem sempre levada à prática. Falar em Partido Comunista forte e numeroso pressupõe sua implantação na classe operária antes de tudo. Defrontamo-nos então com uma tarefa concreta que a própria Resolução reitera: "O movimento operário e sindical é aquele em que devemos concentrar nossa atenção e nossos esforços".

Se retomamos os números anteriormente citados, concluímos que neste já largo período em que fomos transformados - honrosamente para nós - em inimigos número um do regime fascista, a classe operária quadruplicou seus efetivos. E a maioria esmagadora dos que a ela se incorporam só tem idéia de nosso Partido através daquilo que dele dizem os porta-vozes da repressão. Conhecem pouco de seu pensamento e de sua proposta política. Nossa influência é nacional porque é impossível assassinar cinquenta e cinco anos de nossa história, mas a tal influência não corresponde uma implantação necessária.

E claro que os problemas de organização que ora enfrentamos são sérios e constituem um obstáculo considerável para a superação desta deficiência. Mas é a realidade política e a própria composição da população ativa atual que nos obrigam a encontrar formas e meios de romper a barreira que nos separa da nossa base social: a massa trabalhadora e a classe operária em particular.

"Trata-se de uma situação que exige de nossa parte - como diz a Resolução - um esforço concentrado para reorganizar em toda a linha, fugindo à rotina, a ação política e a atividade do Partido". Tarefa que exige uma "correta avaliação da correlação de forças e das possibilidades concretas, habilidades, inteligência e uma aguda percepção dos limites em que os passos podem ser dados com segurança".

No momento em que a queda do regime depende mais do que nunca da ação conjunta de um amplo leque de forças, tal tarefa não entra em contradição com a necessidade da intensificação da política de alianças. Ao contrário. Lutar para que a democracia e a liberdade de organização política e sindical cheguem à classe operária é a maneira concreta mais efetiva de garantir e ampliar estes direitos para os intelectuais, os artistas, na Universidade, na imprensa e nos meios de comunicação.

M. Silva

Por uma Constituinte livre e democrática

partido

Mensagens ao PCB pelo 80º aniversário de Prestes

Condecorações de Estados socialistas e mensagens de partidos e dirigentes comunistas, além das de caráter pessoal, foram enviadas a Luiz Carlos Prestes, secretário geral do PCB, por ocasião de seu 80º aniversário, comemorado em 3 de janeiro último.

Os membros do Comitê Central de nosso partido entregaram-lhe a seguinte mensagem:

"Ao findar a reunião do CC do PCB, às vésperas do dia 3 de janeiro de 1978, quando completas 80 anos de existência, todos nós, membros da direção do Partido, traduzindo o sentimento de todos os comunistas, da classe trabalhadora, do povo brasileiro, saudamos nesta data a tua vida de abnegado lutador pela libertação do Brasil do imperialismo e da exploração do homem pelo homem, e de combatente da causa do socialismo em nossa pátria.

Desde 1924, quando sob teu comando se iniciou a marcha da Coluna de revolucionários que tomou o teu nome, a tua evolução para as fileiras do Partido do proletariado, o exemplo de tua firmeza e abnegação, a tua intransigente posição de classe ante os problemas políticos que surgiram e surgem no Brasil e no mundo, a tua inflexível atitude diante do inimigo de classe, constituem um patrimônio de nosso Partido, de todo o movimento comunista internacional.

Assim o reconhecem os camaradas do movimento comunista internacional, que reservam ao nosso Partido, sob tua direção, respeito, dedicação e uma redobrada solidariedade. Tua contribuição à frente do PCB para as lutas libertadoras de nosso povo é admirada e valorizada por gerações de combatentes em defesa da paz e pela construção do socialismo em todo o mundo.

O teu encontro, como chefe da Coluna Invicta, com o então Secretário Geral do Partido, camarada Astorjildo Pereira, representou para o PCB uma entrevista histórica, e daí em diante o teu nome ficou intrinsecamente ligado às lutas desenvolvidas pelo Partido. Esse encontro significou a junção do movimento operário revolucionário com as correntes democráticas da pequena burguesia.

A tua presença no Partido, que desempenhava um papel de vanguarda nas lutas do proletariado, trouxe a ele um lincoço contingente de revolucionários e despertou entusiasmo em outras camadas sociais. O nosso Partido tem sido alvo de ataques e perseguições por parte da reação nacional e internacional. Mas, guiado pela força indestrutível das idéias marxista-leninistas, tem, sob tua direção, repellido os reiterados ataques e perseguições e realizado permanentemente suas tarefas revolucionárias e a defesa da obra da classe operária internacional: o socialismo entabecido pela URSS.

Querido camarada Prestes:

Ao exaltarmos as tuas qualidades de comunista, de tua segura e firme condução de nosso Partido, recordamos toda a tua longa vida de revolucionário e de comunista. Destacamos tua contribuição na luta que travamos pela formação política, ideológica e orgânica de nosso Partido, tua atividade mobilizadora e organizadora de nosso povo, no combate contra o regime fascista e pela conquista das liberdades democráticas, pela independência nacional e pelo socialismo.

Desejamos que tenhas muita saúde, redobradas energias, para que, todos juntos, o coletivo do Partido, à frente do combativo proletariado de nosso País, aglutinando em torno de si as massas camponesas, as camadas médias urbanas e a intelectualidade, alcancemos nossos objetivos revolucionários.

Receba, camarada Prestes, nossa sincera saudação e nossa amizade pessoal, que durante tantos anos se foi cimentando e aprofundando.

Esta saudação é estendida aos teus familiares, que, cercado-te carinhosamente, contribuem para que possas ser o que és na vida de nosso povo e de nosso Partido.

A mensagem do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética sublinha, após registrar o envio de saudações internas e cordiais felicitações a Prestes: "Os comunistas e o povo soviéticos o conhecem como lutador inabalável pela causa da classe operária e de todos os trabalhadores do Brasil; como internacionalista firme e amigo fiel do PCUS e do Estado Soviético, e atribuem grande importância à sua contribuição para o fortalecimento da amizade e da colaboração entre os nossos partidos, entre o povo soviético e o povo brasileiro."

Em nome de seus camaradas, o secretário geral do Partido Comunista Português, Alvaro Cunhal, enviou a Prestes uma mensagem em que saúda "a tua vida inteiramente dedicada à causa do povo brasileiro e dos trabalhadores de todo o mundo, à luta contra o fascismo, pelas liberdades, a democracia, a independência nacional, o socialismo", desejando "os maiores êxitos na tua vida de militante revolucionário e grandes felicidades pessoais".

No telegrama que enviou a nosso camarada, o CC do Partido Comunista Italiano faz votos de que "a luta pela emancipação e pela liberdade do povo brasileiro, ao qual consagrastes toda a tua vida, possa, o mais rápido possível, ser vitoriosa".

E "em nome da bem antiga afeição" que tem por Prestes que o Secretariado do CC do PC Francês deseja-lhe, "como a todos os comunistas e ao povo do Brasil, que o movimento democrático que se manifesta neste país de forma cada vez mais ampla, cresça ainda mais,

para obrigar a ditadura a abandonar o poder que ela usurpou em 1964."

A mensagem de Luiz Corvalán, em nome do Partido Comunista Chileno, diz a certa altura: "Você, como eu, encontra-se no país de Lênin a que esteve ligado durante toda a sua nobre trajetória de revolucionário internacionalista, e é testemunha de sua vida diária, de suas vitórias, da realização concreta dos grandes princípios do marxismo-leninismo. Estou seguro, porém, de que não demoraremos muito a regressar à nossa pátria, às terras da América, aonde o socialismo também já chegou, com a Revolução Cubana."

Geronimo Arnedo Alvarez e Rodney Arismendi, secretários gerais dos PCs da Argentina e Uruguai, assinam as respectivas mensagens, que se juntam à do Comitê Central do Partido Comunista Romano.

CONDECORAÇÕES

Luiz Carlos Prestes recebeu as mais altas condecorações da República Democrática Alemã (a ordem de Karl Marx, acompanhada de uma mensagem pessoal de Erik Honneker, secretário geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha), e da República Popular da Bulgária (a ordem de Jorge Dimitrov), entregue pessoalmente pelo secretário geral do PC Bulgaro, Thodor Jivkov. A Ordem do Amizade, da República Socialista da Tchecoslováquia, veio acompanhada de uma mensagem de Gustav Husák, secretário geral do PC tcheco.

Antonio Maidana, Alfredo Alcorta e Julio Rojas, membros do CC do PC Paraguaiio arrancadas pela solidariedade internacional à prisão, onde permaneceram cerca de 20 anos, assinam a saudação calorosa dos comunistas do país vizinho. As saudações dos comunistas húngaros foram expressas a Prestes pelo secretário geral do Partido Operário Socialista da Hungria, Janos Kadar. Louis Van Geyt, presidente do Partido Comunista da Bélgica, assina a mensagem endereçada a Prestes, juntamente com A. de Coninck, responsável pelas relações internacionais.

Os comunistas brasileiros em Moçambique realizaram, no âmbito das relações entre a PRELIMO e o PCB, baseadas em acordo assinado por nosso camarada e pelo presidente da jovem República africana, Samora Machel, uma comemoração em Maputo, com a projeção dos filmes "Prestes no Focozemba - 1945" e "O Fascismo como ele é".

O Bureau da Federação da Juventude Democrática enviou a Prestes um longo telegrama de felicitações. Os representantes dos PCs da Venezuela, Uruguai, Chile, El Salvador, Argentina, Bolívia, Cuba, Honduras, Colômbia, México, Guatemala, Panamá e Brasil na Revista Internacional, com sede em Praga, assinaram uma carta de felicitações ao nosso secretário geral, assim como o diretor da revista, K. Zarodov.

Além do telegrama de Oscar Niemeyer — "abraço querido amigo desejando felicidades" — Prestes recebeu mensagens do seu biógrafo J. Amado, do diretor da revista "América Latina", S. A. Mikoyan, e do chefe da redação central de emissões para a América Latina da Rádio de Moscou, B. A. Serapionidis.

UNIR E MOBILIZAR AS MASSAS

A verdadeira política Carter entra em cena

Ao assinalar o caráter profundamente contraditório do governo Carter, a última Resolução Política do Comitê Central do PCB procurou chamar a atenção para um fenômeno cujas consequências são graves e inquietantes para as forças democráticas e progressistas no plano internacional.

A nova administração americana vem, com efeito, conduzindo uma política exterior em que, a cada dia, aparecem de modo mais visível as contradições que se encontram na própria base da eleição de Carter. Sucedem-se tomadas de posição seguidas de recuos; aumentam as incertezas quanto às reais intenções do Departamento de Estado em relação a alguns pontos importantes da vida internacional; e diante de outras questões, o governo americano não vacila em aplicar velhos métodos, em que aparecem de maneira clara e inofensível o anticomunismo primitivo e a interferência aberta nos negócios internos de outros países.

Os últimos acontecimentos no Oriente Médio são bastante ilustrativos no que diz respeito aos recuos e vacilações do governo americano. Num esforço de esvaziar a Conferência de Genebra, que seria o quadro natural para a negociação árabe-israelense, e de marginalizar a União Soviética e os regimes progressistas árabes (incluindo-se aí os palestinos), Sadat buscou um entendimento direto com Begin, a partir de sua ida a Jerusalém. O objetivo do presidente egípcio era claro. Tratava-se de aparecer diante dos Estados Unidos como um interlocutor privilegiado, como o autor de uma iniciativa que traria a paz na região e, a partir do apoio norte-americano, exercer pressões sobre o governo israelense que resultassem em concessões. A parir de tais concessões, onde se chegaria a uma "paz honrosa", Washington se veria em condições de forçar o mundo árabe a aceitar as decisões negociadas por Sadat e Begin. É evidente, portanto, que desde o início de suas "peregrinações", Sadat contava com o apoio concreto do governo americano para a sua iniciativa, assim como com a certeza de que este pressionaria Israel.

Este apoio, como já é do conhecimento público, ficou muito aquém da expectativa egípcia. O gesto de Sadat foi calorosamente saudado, mas não houve até agora correspondência entre palavras e atos. Sadat foi a Washington e só recebeu promessas vagas. O governo americano limitou-se a censurar o governo israelense pelo prosseguimento da implantação de colônias de povoamento nos territórios árabes anexados após a Guerra dos Seis Dias (1967). Em que implica tudo isto?

Indica, em primeiro lugar, que o caminho para a paz no Oriente Médio não passa pelos esforços que fazem alguns regimes árabes para se apresentarem como "modernos" e obterem, assim, as boas graças americanas. Não é se isolando dos regimes árabes progressistas; não é abandonando as justas reivindicações do movimento palestino que se poderá lançar as bases de uma paz durável na região. Indica, em segundo lugar, que o governo americano não está disposto a exercer pressões sobre Israel que modifiquem sensivelmente a correlação de forças. E, mais que isto, indica que a concepção do Departamento de Estado sobre um plano global de paz para o Oriente Médio é bastante limitado, para não dizer quase igual, às teses israelenses: reconhecimento do Estado de Israel com algumas concessões territoriais míni-

mas e rejeição do projeto de criação de um Estado Palestino na área.

Mas é evidente que esta não pode ser apresentada publicamente pois isto conduziria a um isolamento dos EEUU e a uma perda de influência até mesmo em países cujo regime são nitidamente conservadores e pró-americanos, como é o caso da Arábia Saudita. Não resta, portanto, outra saída à administração Carter senão a que ele vem seguindo: contemporizar, tentar isolar os regimes progressistas árabes, na expectativa de levar o conjunto do mundo árabe a assinar uma paz favorável a Israel. Mas isto significa manter, no essencial, uma linha de apoio ao belicismo e ao expansionismo israelense.

PCs no poder?

Menos velada, e por isto mesmo mais chocantes, são as tomadas de posição americanas relativas à participação dos PCs no poder em alguns países da Europa capitalista. Reaparece aí o anticomunismo primitivo, ressurgem os velhos espectros da Guerra Fria, que o imperialismo nunca deixou de agitar quando lhe foi conveniente. Num momento de aguda crise na Itália, em que a instabilidade política aumenta, se torna cada vez mais patente o fracasso de qualquer fórmula governamental que exclua os comunistas do poder, o Departamento de Estado anuncia, por meio da Embaixada norte-americana em Roma, que o governo dos Estados Unidos "não pode aceitar" a presença de comunistas no governo, juntamente com democratas-cristãos.

Houve épocas, na América Latina, em que os problemas encontrados pelos Estados Unidos nas suas relações com os demais países do continente eram resolvidos pelo desembarque dos "marines". Se este tipo de procedimento, dificilmente pode ser levado a cabo, hoje em dia, não cessam, entretanto, as interferências indevidas e as pressões de toda a ordem sobre as outras nações do mundo. O governo Carter não constitui portanto, deste ponto-de-vista, uma exceção à linha tradicional.

Os círculos dirigentes americanos deveriam saber (pois para isto são financiadas suas agências de informação) que se torna cada vez mais difícil manter-se, na Itália, o quase monopólio do poder que a democracia-cristã vem desfrutando há mais de trinta anos. Que a participação dos comunistas no poder corresponde a uma aspiração legítima de amplos setores da sociedade italiana, e que esta participação é um elemento de grande importância no fortalecimento da democracia naquele país. A tomada de posição é, em si mesma, condenável: constitui clara ingerência nos assuntos internos da Itália. Ninguém pediu - e nenhuma força responsável poderia tê-lo feito - a opinião do governo americano neste terreno. Ela é duplamente condenável por mostrar, mais uma vez, que os EEUU não estão ao lado da democracia, e que o agravamento da crise política italiana, na medida em que é favorável às forças de direita (incluindo-se os neo-fascistas) corresponde aos interesses de Washington.

P.G

"Nessa mesma ocasião declaramos nosso ardente desejo de que, em breve, no Brasil, sejam restauradas integralmente as liberdades públicas e individuais; que se conceda anistia ampla capaz de permitir que os presos políticos, banidos, exilados e perseguidos se reintegrem de pleno direito na comunidade nacional; que a censura seja abolida; que os sindicatos possam organizar-se de maneira autônoma; que os trabalhadores tenham a possibilidade de exercer os seus direitos; que todas as correntes políticas e partidos, sem discriminação, inclusive o PCB, possam atuar na legalidade; que através do voto direto, o povo brasileiro possa eleger seus governantes".

Este é um trecho da carta enviada ao Dr. Raimundo Faoro ao fim do Seminário de Organizações Juvenis sobre a Problemática Política na América Latina, que se desenrolou entre 23 e 30 de janeiro na cidade do México. O encontro foi patrocinado pela organização da juventude do partido de governo (PRI) e a Confederação de Organizações Juvenis da RFA; e para a presidência dos trabalhos, após as intervenções da sessão plenária inicial, foi eleito o representante da Juventude do nosso partido. A carta foi assinada por mais de trinta organizações: as tres outras comunistas presentes (de Cuba, Uruguai e Bolívia) e pela quase totalidade das demais representações, entre elas a IUSO, da RFA; a Ação Democrática, da Venezuela; o PRI, do México e o Partido Liberal, da Colômbia.

Galbraith e os direitos humanos nos Estados Unidos

Apesar de seus afazeres como professor universitário (assistente do famoso Levi Strauss) e da campanha eleitoral que faz como candidato das forças conservadoras a deputado, o filósofo francês Jean-Marie Benoist - que disputa a cadeira de deputado na circunscrição de Georges Marchais e tenta "roubá-la" ao Secretário Geral do Partido Comunista Francês - conseguiu tempo para ir aos Estados Unidos e fazer uma entrevista com John K. Galbraith. O objetivo era claro: o filósofo francês tentava disfarçar o seu extremo reacionarismo, obtendo a cobertura do pensador liberal Galbraith para suas provocações anticomunistas. Ele pensava que Galbraith se prestaria à manobra, porque, de sua posição liberal-burguesa, ele tinha polemizado muitas vezes com os marxistas. Mas o tiro saiu pela culatra. Apesar de suas divergências - antigas e reiteradas - com o marxismo e com o movimento comunista, Galbraith se recusou a cantar a cantiga dos direitos humanos (sob a batuta do maestro Carter) unicamente para o francês Benoist se exibir em provocações anticomunistas e anti-soviéticas. Quando Benoist lhe perguntou o que pensava da "cruzada" de Carter "em prol dos direitos do homem", Galbraith respondeu que discordava da atitude do Presidente dos Estados Unidos e de sua pretensão de dar conselhos à União Soviética. E acrescentou: "Prefiro que a gente se ocupe das privações de liberdade e das discriminações que resultam da pobreza: o gsto negro, o desemprego dos jovens, a discriminação antifeminista. Existem nos Estados Unidos minorias desfavorecidas que de fato estão privadas do exercício de sua liberdade e de seus direitos civicos - e isso numa escala suficientemente notável para que nós nos interessemos pelo problema. Nada é mais incompatível com o uso da liberdade do que a miséria" (Le Monde, 7 de fevereiro de 1978).

O que são as "Comisiones Obreras" da Espanha?

Como toda ditadura fascista, o franquismo - tão logo se instalou no Poder - desencadeou uma dura repressão contra o movimento operário. Os sindicatos autônomos do período anterior à guerra civil, a UGT e a CNT, foram liquidados; em seu lugar, criou-se um imenso aparelho destinado a controlar, em nome da "não-liberdade", o conjunto dos trabalhadores: a Central Nacional Sindicalista.

Foi na primavera de 1958 que os trabalhadores espanhóis, animados e dirigidos pelos elementos conscientes que lutam em seu seio, descobriram uma forma nova e original de organização, capaz de representar efetivamente os seus interesses: as Comissões Operárias (CC.OO.). No banheiro da mina La Camocha, perto de Gijón, os trabalhadores se reúnem para falar de suas reivindicações. Estão em greve; pedem um aumento salarial, melhores condições de trabalho, o respeito da própria legislação desrespeitada pelos patrões. Necessitam de uma organização para defender seus interesses. A assembleia decide criar uma "comissão operária", cujos membros - eleitos por todos - serão os encarregados de discutir com o patrão. O prefeito do distrito mineiro e o padre se unem à essa comissão. Havia nascido - formalmente e com o nome de "Comisiones Obreras" - um novo tipo de sindicalismo.

A partir desse momento, as CC.OO. convertem-se no principal instrumento da luta dos trabalhadores espanhóis em defesa de seus interesses e contra o franquismo. Já antes de 1958, os trabalhadores haviam lutado. Mas as CC.OO. nascem em um novo clima e marcam assim uma etapa no movimento. Um clima marcado pela crise do capitalismo espanhol em final dos anos 50, uma crise que obriga o regime a certas reformas e que leva a que se incorporem à luta as novas gerações de trabalhadores que não conheceram a guerra civil.

As greves se sucedem a partir de então. Em 1962, assistimos à primeira grande explosão do movimento operário espanhol no pós-guerra, a famosa "primavera asturiana": 70.000 mineiros do carvão realizam uma greve, que se estende a todos os mineiros espanhóis. Os metalúrgicos bascos e mais de 50.000 trabalhadores da Catalunha paralisam as atividades em solidariedade com seus companheiros asturianos.

É no processo dessas lutas que se solidificam as Comissões Operárias. Elas nascem e morriam com cada reivindicação, mas - na medida em que as lutas se resumiam e se generalizam - vão adquirindo uma forma estável e configuram assim o novo movimento operário espanhol. Os embriões desse novo movimento nascem nas Astúrias, na Catalunha e no País Basco.

Mas em 1963 vai se produzir um novo fato, que mais tarde se tornará decisivo na luta das CC.OO. O Ministro Solís convoca eleições sindicais. A UGT e a CNT recusam participar nas mesmas; as Comissões Operárias, porém, compreendem que, nas difíceis condições do franquismo, a única forma de organizar um movimento de massas - e o movimento operário tem de ser um movimento de massas e não apenas um movimento de vanguarda e clan-

destino - é utilizar as escassas possibilidades legais que são abertas pelas contradições do sistema.

Nessas primeiras eleições, em 1963, ocorre uma forte polémica entre os trabalhadores. Enquanto um setor afirma que a participação nas eleições leva ao fortalecimento do sindicato franquista, outra corrente defende a ideia de que a conquista de um cargo legal cria a possibilidade de organizar os trabalhadores com algumas garantias e, desse modo, permite a ação de massas. A abstenção é alta nas Astúrias e no País Basco; mas em Madri, Catalunha e Sevilha, os trabalhadores votam e elegem muitos homens de sua confiança.

Essas eleições, apesar das limitações referidas, serão decisivas para que se possa dar um novo salto na organização do movimento operário, das Comissões Operárias. Multiplicam-se as CC.OO., que começam a se agrupar. Em fins de 1964, cria-se a Comissão Operária Central de Barcelona. Em Madri, as Comissões se reúnem com permissão do ministro franquista Solís. Em 1966, com dirigentes de CC.OO., muitos com cargos sindicais, representando diversos setores produtivos e várias regiões, lançam um documento, *Sobre o Futuro do Sindicalismo*, no qual se afirma: "As Comissões Operárias, criadas pelos próprios trabalhadores, são um movimento indispensável e não se subordinam a nenhuma tendência ideológica".

Quem são os integrantes das CC.OO.? Desde seu nascimento e até hoje, integram essas Comissões os trabalhadores mais conscientes de cada empresa, de cada ramo, de cada localidade. Há comunistas: desde 1963, o Partido Comunista da Espanha compreendeu o novo quadro das lutas sindicais e abandonou a OSO (Oposição Sindical Operária) para apoiar as Comissões Operárias. Mas, além de militantes do PCE (que integram as CC.OO. desde seu nascimento, antes mesmo da decisão acima referida), as Comissões são integradas também por socialistas de diferentes tendências, por militantes cristãos de várias organizações operárias católicas e, sobretudo, por trabalhadores sem filiação política determinada.

As tentativas demagógicas do Ministro Solís voltam-se contra ele. As CC.OO. obtêm importantes sucessos nas eleições sindicais. O apelo das Comissões são escutados por um número cada vez maior de trabalhadores. As greves se sucedem. Isso leva ao fim da tolerância. Em março de 1967, uma sentença do Supremo Tribunal declara ilegais as Comissões Operárias. Começa assim uma série de prisões e de processos, que atingem milhares de trabalhadores e que prosseguirão até o fim do franquismo. A derrota mais séria ocorre em 1972, quando a polícia - além de assassinar vários operários - detém 10 dirigentes das CC.OO., entre os quais Marcelino Camacho e Nicolás Sartorius.

Apesar da terrível repressão, porém, o movimento continua. Em junho de 1967, tem lugar a I Assembleia Nacional das Comissões Operárias, que revela a preocupação de dar um passo à frente no terreno organizativo. A reunião concluiu que as CC.OO. são um "movimento aberto", mas, ao mesmo tempo, uma "força coordenada". Mesmo após a decretação do Estado de Exceção em 1969, as CC.OO. revelam estar implantadas em toda a Espanha; sob sua direção, milhares de trabalhadores vão à greve, não apenas em defesa de seus interesses de categoria, mas também em nome da solidariedade com companheiros de outros ramos produtivos ou de outras regiões do país. Em julho de 1970, a VI Reunião Geral das CC.OO. decide convocar uma Jornada pela Anistia: realizada em 3 de novembro, será a mais

importante mobilização de massas ocorrida na Espanha sob o franquismo, até aquela data. Por outro lado, apesar da repressão e da posição abstencionista de alguns grupos políticos, as CC.OO. obtêm importantes triunfos nas eleições sindicais de 1971 e, sobretudo, nas de 1975.

A morte de Franco encontra as CC.OO. em um momento de grande ascensão. A greve de janeiro-fevereiro de 1976, nas quais participam centenas de milhares de trabalhadores sob a direção das CC.OO., são o elemento político mais importante na derrota dos projetos "aberturistas" de Arias Navarro, que visavam a manter o franquismo sob nova roupagem.

Coloca-se nesse período a luta pela legalidade. As CC.OO. solicitam permissão para realizar seu I Congresso, mas o Governo - embora tenha permitido o da UGT - não a concede. Os delegados de toda a Espanha reúnem-se então clandestinamente em Barcelona e, no final do Congresso, decidem transformar as CC.OO. em Confederação Sindical de Comissões Operárias, ou seja, em um sindicato de novo tipo. Trata-se de um sindicato que tem filiados (no último ano, o número dos mesmos alcançou um milhão e oitocentos mil), mas que não faz discriminação entre filiados e não-filiados. Atualmente, a Confederação das CC.OO. - expressão unitária do movimento operário durante os anos da ditadura - é a primeira central sindical do país e conta com os líderes mais avançados e mais experimentados do movimento operário.

A trajetória das Comissões Operárias resume a história do movimento operário espanhol das últimas décadas. Trata-se de uma experiência única, produto das condições da ditadura, que aponta para um sindicalismo renovador, de novo tipo, um sindicalismo que é fruto da experiência direta da luta dos trabalhadores.

Otto Maria Carpeaux, um resistente

Não podemos deixar de registrar em nossas páginas a profunda tristeza com que recebemos a notícia do falecimento, no Rio, de Otto Maria Carpeaux. Nascido na Áustria, Carpeaux se viu obrigado a sair de seu país para escapar à perseguição nazista; trouxe então para o Brasil sua cruzada notável, seu bom-gosto, sua paixão pelas artes e pelas letras, sua dedicação apaixonada à causa da liberdade. Com seus corajosos pronunciamentos, soube marcar - mesmo nas horas mais difíceis - uma posição inabalavelmente democrática, antifascista. Morreu pobre e cercado pelo respeito de gente como Antonio Houaiss, Ferreira Gullar, Carlos Drummond de Andrade, Francisco de Assis Barbosa, Oscar Niemeyer, Alceu Amoroso Lima e Nelson Werneck Sodré. O fascismo, inimigo mortal do nosso povo, hostilizava-o; nós o homenageamos e o honramos nestas páginas como um símbolo da cultura viva e democrática que desejamos ver um dia espelhando, contraditória e livremente, num elevado nível, a realidade do nosso país.